



COMISSÃO PERMANENTE
FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
(Art. 182, art. 183, inciso II e art. 189, inciso II, do RICMMN)

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 039/2025, DE 04 DE JUNHO DE 2025.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

MATÉRIA: DETERMINA O REAJUSTE DO VENCIMENTO DOS SERVIDORES EFETIVOS, BEM COMO ALTERA A LEI Nº 1801, DE 11 DE MAIO DE 2017, NO ÂMBITO DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MORADA NOVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATÓRIO.

A propositura acima indicada foi encaminhada pelo Poder executivo, protocolado nesta Casa na data de 10/06/2025, por intermédio da Mensagem ao Projeto de Lei nº 039/2025, de 04 de junho de 2025, com esteio no art. 59, inciso II, da Lei Orgânica desta municipalidade.

O referido Projeto de Lei dispõe sobre o reajuste do vencimento base dos servidores efetivos integrantes do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Morada Nova (SAAE), com fundamento em negociação coletiva, que fixou o reajuste linear de 7% (sete por cento) a partir do mês de março de 2025.

Passo a emitir o parecer que ao final deve ser assinado por aqueles que estejam de acordo.

DO DIREITO.

Dada a autonomia legislativa municipal delegada pelo art. 1º, art. 29 e inciso I do art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, compete ao Município a edição de lei local tratando da matéria.

A Constituição Estadual do Ceará assim estabelece:

**Art. 28. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

A Lei Orgânica deste Município dispõe em seu Art. 12, inciso I, "ex vi legis":

Art. 12. O Município de Morada Nova, pessoa jurídica de direito público interno, exerce em seu território as competências que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal e Estadual, com observância dos princípios seguintes:

I – respeito à Constituição Federal e Estadual;



COMISSÃO PERMANENTE
FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
(Art. 182, art. 183, inciso II e art. 189, inciso II, do RICMMN)

CONCLUSÃO.

Conforme consta da proposição, o retroativo relativo ao mês de março de 2025 seria pago em maio do corrente ano, enquanto o reajuste referente ao mês de abril de 2025 seria repassado aos servidores em junho de 2025. Nesse ponto, é necessário ajuste técnico com relação aos meses, haja vista que o Projeto apenas está sendo submetido a votação em junho do corrente ano.

A matéria, sem dúvidas, encontra-se inserida no âmbito de competência legislativa do Município, nos termos do art. 30, inciso I da Constituição Federal, que assegura a competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local, o que compreende a remuneração dos servidores públicos municipais.

Ademais, cuida-se de iniciativa privativa do Poder Executivo, conforme previsão do art. 61, §1º, inciso II, alínea "a", da própria Carta Magna, ao dispor sobre o aumento de remuneração dos servidores públicos, o que é reforçado no art. 70, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal.

A proposta está devidamente acompanhada de análise do impacto orçamentário e financeiro do Município de Morada Nova, conforme determina a Lei Complementar n.º 101/2000. Analisando o estudo orçamentário, observa-se um incremento mensal de R\$10.077,33 (dez mil, setenta e sete reais e trinta e três centavos) nas despesas do Município, o que totaliza um impacto anual de R\$227.238,98 (duzentos e vinte e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos), dentro dos limites de gastos estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além disso, a proposta prevê que as despesas decorrentes da sua execução correrão por conta das dotações próprias do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Morada Nova (SAAE), respeitando os limites legais e fiscais vigentes.

Trata-se, portanto, de matéria inserida no campo da competência do Poder Executivo, respeitando a reserva de iniciativa e os requisitos constitucionais, legais e regimentais para aumento de remuneração dos servidores públicos, não havendo qualquer vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade formal ou material.

Face todo o exposto, esta Relatoria manifesta-se pela regular tramitação do projeto de Lei n.º 039/2025, pois, quanto ao sistema municipal financeiro, vislumbra-se que nada impede a aprovação da proposição, visto que o objetivo da mencionada proposta à norma encontra-se guarida orçamentária para sua execução, o que de pronto fica demonstrado que sua aprovação não apresenta riscos às finanças municipais.



COMISSÃO PERMANENTE
FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
(Art. 182, art. 183, inciso II e art. 189, inciso II, do RICMMN)

VOTO.

Assim sendo, não havendo óbices, manifestamo-nos favoravelmente, **por unanimidade dos membros, à APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 039/2025**, devendo seguir para discussão e votação em plenário, obedecendo aos trâmites da Casa e quórum qualificado para sua aprovação, conforme determinam o art. 53 e seguintes da LOMMN, e art. 132 e seguintes do RICMMN, tudo de acordo com orientação da procuradoria jurídica desta Câmara Municipal.

É O PARECER, S.M.J.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Morada Nova,
em 18 de junho de 2025.

Francisca AuriJane Martins da Cunha
Presidente

José Cleidiomar de Souza
Membro

José Gomes da Silva Júnior
Membro